



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2021.0000910196

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1003871-37.2021.8.26.0664, da Comarca de Votuporanga, em que é apelante GUILHERME HENRIQUE DA SILVA COSTA, é apelado LEANDRA ALVES DO NASCIMENTO DUARTE (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS DIAS MOTTA (Presidente) E ANTONIO NASCIMENTO.

São Paulo, 9 de novembro de 2021.

FELIPE FERREIRA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Comarca: Votuporanga - 4ª Vara Cível
Apte. : Guilherme Henrique da Silva Costa
Apda. : Leandra Alves do Nascimento Duarte
Juiz de 1º grau: Sergio Martins Barbatto Júnior
Distribuído(a) ao Relator Des. Felipe Ferreira em: 14/09/2021

VOTO Nº 50.188

EMENTA: ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO.

1. Se pelos elementos dos autos, resta evidenciado o estado de necessidade da parte, deve o juiz conceder o benefício da assistência judiciária. 2. Não há que se discutir sobre a existência de culpa se já existe sentença penal condenatória transitada em julgado. 3. É inegável que a perda de um filho causa abalo moral apto a justificar a reparação do dano daí decorrente e oriundo do agir indiligente da parte requerida. 4. Na fixação da indenização pelo dano moral cabe ao juiz nortear-se pelo princípio da razoabilidade, estabelecendo-a em valor nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva. Recurso parcialmente provido apenas para conceder o benefício da justiça gratuita ao apelante.

Trata-se de recurso de apelação contra respeitável sentença de fls. 85/89 que julgou parcialmente procedente o pedido para condenar o réu ao pagamento de R\$ 100.000,00 por danos morais, corrigido do arbitramento e com juros de mora do mês do falecimento, além das custas e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Pleiteia o apelante a reforma do julgado alegando que a falta de iluminação e sinalização no local contribuíram para o acidente. Afirma que a condenação imposta é excessiva, não sendo considerada a sua situação econômica. Por fim, pede pela concessão do benefício da justiça gratuita.

Apresentadas as contrarrazões, subiram os autos a esta Corte de Justiça.

Às fls. 112 foi determinado que o apelante comprovasse a sua hipossuficiência ou que recolhesse o valor do preparo recursal, no prazo de cinco dias.

É o relatório.

Inicialmente, cabe a análise do pedido de justiça gratuita formulado pelo apelante.

Estabelece o art. 5º, LXXIV, da Constituição da República, que **"o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;"**

Por sua vez, o artigo 98, do Código de Processo Civil, com claríssima redação, dispõe expressamente que:

"Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei."

Verifica-se ainda, conforme o § 3º do artigo 99 em comento, que ***"presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural"***.

Ademais, tendo em vista os documentos de fls. 115/119, parece-me que o apelante faz jus ao benefício.

Assim, se pelos elementos dos autos e os documentos apresentados pelo apelante, resta evidenciado o estado de necessidade deste, deve o juiz conceder o benefício da assistência judiciária, cabendo à parte contrária, se tiver elementos para tal, impugnar o benefício.

Portanto, concedo o benefício da gratuidade processual ao apelante.

Doutra parte, não cabe nova discussão acerca da responsabilidade pelo acidente se esta já restou decidida na seara criminal.

E nos termos do que dispõe o artigo 935 do Código Civil:

“Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”.

Na precisa lição do eminente RUI STOCCO 'in' ("Tratado da Responsabilidade Civil", 7ª ed., RT., p. 261/263), no seguinte sentido:

“É no Direito que se encontra a garantia das condições julgadas necessárias à coexistência social, definidas e asseguradas pelas suas normas, que abrigam a ordem jurídica, dentro da qual, em um Estado Democrático de Direito, sociedade e indivíduo compõem o seu destino.

A repercussão, na jurisdição civil, da cognição antes feita no juízo penal de um ato supostamente ilícito e a possibilidade de reexame desse fato para efeito de reparação do dano decorrem do que se convencionou chamar de independência das instâncias.

...

Contudo, a questão da independência das instâncias e do reflexo das decisões proferidas na jurisdição civil é completa e de difícil solução.

A uma, porque essa independência não é absoluta, senão e apenas relativa. A duas, porque a interação entre justiça penal e civil não se traduz em seara de suave colheita, impondo-se que se continuem a criação doutrinária e o assentamento dos nossos pretórios sobre o tema, posto que a legislação agora em vigor não nos dá todas as respostas, nem nos transmite uma solução única, definitiva e isenta de disceptações. Impõe meditação e profundo trabalho de interpretação.

...

O art. 935 do CC/2002 dispõe: 'A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal'.

...

De sorte que se podem formular como normas resultantes do art. 1.525 do CC (atual 935):

a sentença criminal de condenação não permite discussão no juízo da reparação do dano;

a sentença penal de absolvição, se fundada na negativa do fato ou na negativa de que o indigitado responsável foi o seu autor, tem eficácia absoluta no cível, trancando, aí, qualquer discussão a respeito;

a sentença penal fundada em falta de prova, na circunstância de não constituir crime o fato de que resultou o dano, na de estar prescrita a condenação, enfim, em qualquer motivo peculiar à instância criminal quanto às condições de imposição de suas sanções, não exerce nenhuma influência no cível;

a sentença penal, fundada em dirimente ou justificativa, não influi no juízo civil senão quando estabeleça a culpa do ofendido, que, nesse caso, sofre as consequências do seu procedimento. Não é, portanto, o ato do autor do dano em si, que, coberto por dirimente ou justificativa, desautoriza a obrigação de reparar; é a culpa do ofendido que, conjugada àquele, determina a responsabilidade”.

E, consoante ensinamento do eminente NELSON NERY JÚNIOR 'in' "Código Civil Comentado e legislação extravagante", 3ª ed., RT., p. 540, temos:

“Um dos efeitos da condenação criminal é tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime (CP 91 I). Assim, condenado o réu no âmbito criminal, tem de indenizar a vítima dos danos causados pelo crime, sem poder discutir a justiça da decisão criminal na esfera civil”.

Justiça: Neste esteio, julgado desta Colenda Corte de

“A decisão condenatória proferida no juízo criminal tem influência decisiva no cível. Vale dizer, se houve condenação criminal, com trânsito em julgado, é porque já se lhe reconheceu o dolo, ou a culpa, não podendo ser reexaminada a questão no juízo cível.” (Ap. c/ Rev. Nº

1.016.546-0/2, 26ª CÂMARA, rel. Des. RENATO SARTORELLI, j. 16/02/07).

Em suma, a procedência da ação criminal que reconheceu a responsabilidade do apelante pelo acidente, já transitada em julgado, não permite a sua rediscussão no presente feito.

E é evidente os danos morais sofridos pela autora, pois restou incontroversa a culpa do apelante pelo acidente que vitimou o seu filho, considerando-se que foi atropelado na faixa de pedestre enquanto o requerido empinava sua motocicleta na via pública.

Portanto, claro está que os transtornos sofridos, decorrentes da morte do ente querido, ultrapassam o mero dissabor, gerando incontestado abalo moral e justificando a reparação do dano daí decorrente e oriundo do agir imprudente e indiligente da parte requerida.

E na fixação da indenização pelo dano moral cabe ao juiz nortear-se pelo princípio da razoabilidade, para não aviltar a pureza essencial do sofrimento que é do espírito, evitando a insignificância que o recrudescer ou o excesso que poderia masoquisá-lo.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento publicado na RSTJ 112/216, com voto condutor do eminente Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO, bem ponderou:

"Na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores, e, ainda, ao porte da empresa recorrida, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso".

É o que afirma, noutras palavras, o eminente Des. Rui Stoco, citando lição do Prof. Caio Mário da Silva Pereira, no sentido de que a indenização não pode ser ***"nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva"*** (in Responsabilidade Civil, RT, 3ª edição, pag. 524).

Assim, levando-se em consideração as circunstâncias do caso concreto, com as repercussões pessoais e sociais, os inconvenientes naturais suportados pelos autores, a indenização pelos danos morais deve ser mantida no valor fixado na sentença, montante este que se mostra suficiente para confortar o abalo indevidamente experimentado pela apelada pela perda do ente querido e, ao mesmo tempo, desestimular a conduta indiligente do apelante.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso apenas para conceder o benefício da gratuidade processual ao autor.

FELIPE FERREIRA

Relator

Assinatura Eletrônica